

AUSTERIDADE E O DESMONTE DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA: DISCURSOS EM TEMPOS DE CRISES E INTERESSES CONCORRENTES

Otávio Costa Ferreira; Thiago de Melo Teixeira da Costa; Alvino de Souza Amaral

ODS 10 - Reduzir As Desigualdades

Projeto de Pesquisa - Iniciação Científica

Introdução

O Brasil após 1988 (marco importante em termos de segurança, pois representa a promulgação da Constituição Federal), passou pela crise da dívida externa (1980-1994), pelo plano real e a crise cambial (1994-1999), pela desvalorização cambial e crise financeira global (2001-2002) (Bresser-Pereira, 2003) e pela crise financeira global (2008-2009) (Bresser-Pereira, 2010). Para além disso, a pandemia de COVID-19 (2020-2023) (Paula; Pereira; Giordani, 2023) e o impeachment de presidentes (1992 e 2016) (Sallum, 2016; Cremonese, 2019) representam importantes crises políticas e sociais que atingiram o país.

A austeridade, solução aparente para essas crises, pode ser definida como uma política de ajustes (Teixeira, 2018), pois ela opera, predominantemente, a partir de cortes em direitos e políticas sociais, afinal, o aumento de impostos é uma medida impopular perante uma parcela poderosa do setor econômico. Então, diante das políticas fiscais restritivas que almejam a retomada do crescimento econômico (aumento de impostos ou corte de gastos) (Rossi; Dweck; Arantes, 2018), é melhor optar por reduzir os gastos com os mais pobres.

Objetivos

A questão que moveu este trabalho é: como os discursos políticos de austeridade moldam as políticas públicas de segurança social no Brasil pós-Constituição de 1988? Para responder essa questão, o objetivo geral de pesquisa foi: analisar o papel dos discursos políticos de austeridade frente às políticas públicas de segurança social em um contexto de crises e interesses concorrentes pós Constituição de 1988.

Objetivos específicos: a) compreender as relações de poder e hegemonia que sustentam a austeridade no Brasil; b) identificar as circunstâncias do despontamento dos discursos de austeridade no Brasil, pós-Constituição de 1988; c) identificar os atores e grupos sociais envolvidos na disputa em torno da austeridade e suas orientações estratégicas e; d) analisar os eventos do processo político que moldaram a prática de austeridade nas políticas sociais do Brasil.

Material e Métodos ou Metodologia

O corpus central desta pesquisa foi composto pelos discursos proferidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Os textos foram obtidos a partir da transcrição dos discursos proferidos pelos deputados e senadores na tribuna e mantidos no banco de discursos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O descritor “austeridade” foi utilizado para a formação do banco de dados, no total foram obtidos 217 retornos, que foram tabulados e classificados para análise.

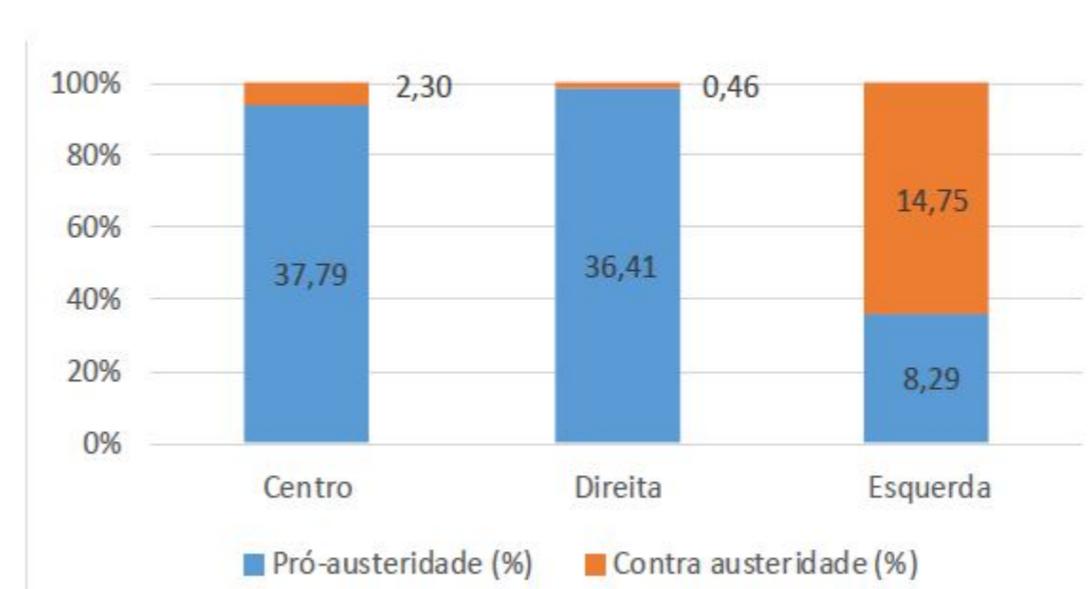
Os discursos foram submetidos ao AntConc (version 4.3.1), Software de análise textual e linguística de corpus. O programa foi utilizado para verificar uma palavra-chave em seu contexto, contribuindo assim para o conhecimento de como os discursos se comportam em relação as palavras, como por exemplo, os adjetivos que são atribuídos a palavra austeridade e as associações que são realizadas por seus enunciadores.

Apoio Financeiro



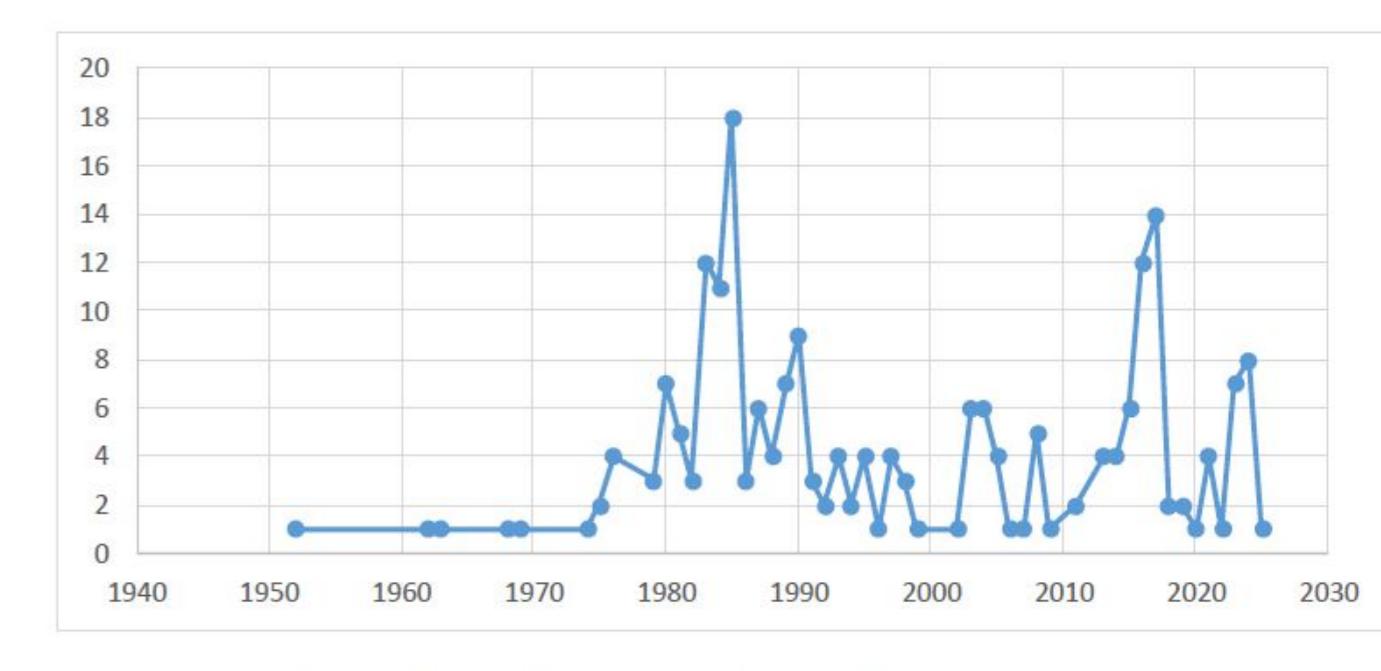
Resultados e/ou Ações Desenvolvidas

Gráfico 1 - Distribuição Percentual em relação a totalidade do corpus (217 discursos)



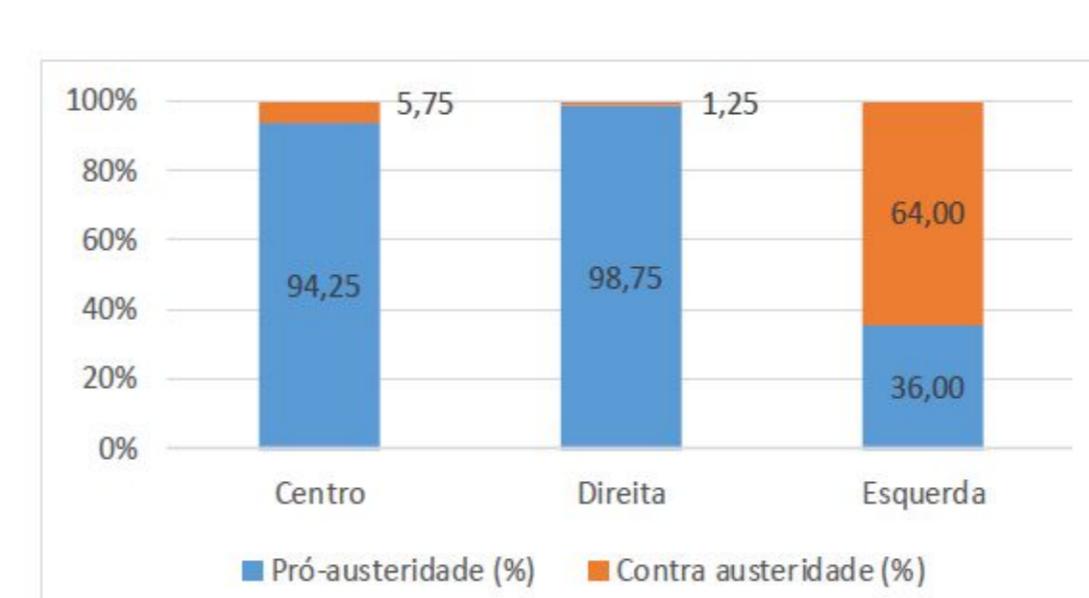
Fonte: feito pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 3 - Distribuição temporal dos discursos (1952 - 2025)



Fonte: feito pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 2 - Distribuição Percentual: posição sobre Austeridade por Espectro Político



Fonte: feito pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A austeridade é apresentada como uma virtude moral e administrativa na maioria dos discursos, e se torna mais frequente nos momentos de crises econômicas e políticas como a única solução possível. As medidas de corte dos gastos públicos (inclui-se a segurança social) aparecem, portanto, como “inevitáveis”.

Conclusões

A pesquisa propiciou a compreensão de que a austeridade está para além de uma política econômica de caráter técnico, mas que se consolidou no Brasil como um projeto político hegemônico, frequentemente dominado por discursos de responsabilidade fiscal, confiança no mercado e moralidade nos gastos públicos. Nesse processo a segurança social foi sistematicamente submetida a disputas narrativas que contribuíram para o enfraquecimento de direitos universalizados pela Constituição Federal de 1988, tornando-as como despesas a serem contidas pelo Estado.

Bibliografia

- TEIXEIRA, M. O. A crise econômica e as políticas de austeridade: efeitos sobre as mulheres. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. **Economia para poucos - Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. **Novos estudos CEBRAP**, p. 51-72, 2010.
- PAULA, Nilson Maciel de; PEREIRA, Wellington; GIORDANI, Rubia Carla Formighieri. A COVID-19 em meio a uma “tempestade perfeita” no capitalismo neoliberal: reflexões críticas sobre seus impactos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 761-770, 2023.
- SALLUM JR, Brasílio. Crise política e impeachment. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 183-203, 2016.
- CREMONESI, Dejalma. A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. **Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, n. 3, p. 70-87, 2019.
- ROSSI, P.; DWECK, E.; ARANTES, F. Economia Política da Austeridade. In: ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. **Economia para poucos - Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia Literária. 2018.